O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 13 | Nº 39 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.7726146

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE BETIM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Otavio Henrique Ferreira da Silva[1]

Ademilson de Sousa Soares[2]

Resumo

O artigo tem como objetivo discutir as políticas para a educação infantil de diferentes governos à frente da prefeitura de Betim, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais. A metodologia parte de fontes documentais disponíveis em sindicatos, na biblioteca pública da cidade, na prefeitura municipal e na câmara de vereadores. O Jardim de Infância Menino de Jesus, fundado em 1958, marca o início do atendimento educacional das crianças pequenas na cidade, sendo isso intensificado após a criação da Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Velhice (Apromiv) em 1971. O Movimento de Luta Pró-Creche (MLPC), organizado na década de 1980 e atuante em Betim, contribuiu para a conquista do direito das crianças à educação na Constituição Federal de 1988. Como resultado, observa-se, nos últimos, um crescimento da oferta de educação infantil pública na cidade de Betim. No entanto, mesmo reconhecendo as melhorias, são grandes as demandas por mais investimentos na estrutura da rede pública, na carreira e na formação dos profissionais.

Palavras Chave: Betim. Direito à Educação Infantil. Políticas Públicas.

Abstract

The article aims to discuss the policies for early childhood education of different governments ahead of the city hall of Betim, a city in the metropolitan region of Belo Horizonte in Minas Gerais. The methodology starts from documentary sources available in unions, in the city's public library, in the city hall and in the city council. The Jardim the Infância Menino Jesus, founded in 1958, marks the beginning of the educational service of the small children in the city, being intensified after the creation of the Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Velhice (Apromiv – Association of Protection of Motherhood, Childhood and Older Age) in 1971. The Movimento de Luta Pró-Creche (MLPC – Movement for Daycares), organized in the 1980s and working in Betim contributed to the achievement of children's right to education in the 1988 Brazilian Federal Constitution. As a result, an increase is observed in the provision of public early childhood education in the city of Betim over the last years. However, although recognizing the improvements, there are great demands for more investment in the structure of the public network, as well as in the career and training of professionals.

Keywords: Betim. Children's Right to Education. Public Policies.

INTRODUÇÃO

As políticas municipais voltadas para o atendimento das crianças em creches e em pré-escolas, que são objeto de análise e de discussão neste trabalho, se inserem no contexto mais amplo de administração e de gestão da educação. Assim, objetivo do artigo é discutir as políticas para a educação infantil de diferentes governos à frente da prefeitura de Betim, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais. De outro modo, o estudo procura evidenciar, a partir da realidade local, a efetivação de políticas públicas para a educação infantil na cidade de Betim em Minas Gerais entre os anos de 1958 – ano da criação do primeiro jardim de infância na cidade – e 2016 – ano do afastamento da presidenta Dilma Rousseff do Governo Federal e de conclusão da pesquisa. A metodologia do

[1] Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Doutor em Educação. E-mail: hotaferreira@gmail.com

[2] Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Educação. E-mail: pacosoares65@gmail.com

trabalho é fruto de exaustiva busca, identificação e análise de fontes documentais inéditas. Martins e Pimenta (2014) apontam que há limites e possibilidades no uso de fontes oficiais para o exame das políticas públicas municipais de educação. No caso desta pesquisa, foram feitos levantamentos de dados nos sites da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, de sindicatos, na biblioteca pública da cidade, em e-mails e em outros documentos recebidos pelas instituições de educação infantil de Betim ao longo de diferentes governos que exerceram a gestão municipal.

É uma marca das pesquisas do campo das políticas educacionais o pluralismo de perspectivas, que incluem a definição de diversos níveis de abordagem, diferentes graus de abstração, descrição, análise e compreensão do objeto em estudo (MAINARDES, 2018). Cientes dessa pluralidade, esta pesquisa discute aspectos das políticas para a educação infantil em Betim, buscando identificar características e tendências, fragilidades e obstáculos na implantação local das políticas de atendimento das crianças pequenas nas creches, nas pré-escolas e nos centros municipais de educação infantil. As fontes primárias consultadas e a reflexão oriunda da análise crítica de outras pesquisas já realizadas sobre a temática possibilitaram a compreensão de um campo e de um objeto de estudo, nesse caso o atendimento educacional às crianças de zero a seis anos na cidade de Betim – MG, até então pouco conhecido.

De modo geral, com este estudo, buscamos somar aos esforços dos pesquisadores do campo dos estudos da infância e das políticas educacionais que se dedicam a investigar as políticas municipais voltadas para a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica conforme estabelecido na legislação brasileira. Soares, Pereira e Santos (2021) mostram que no conjunto da produção do campo ainda são poucos estudos nesse sentido e marcados por uma miríade diversa de temáticas e de abordagens teóricas e metodológicas. O trabalho de Pereira (2022) evidenciou, a partir da memória bibliográfica analisada, que existem pesquisas sobre política “de”, “para” e “na” educação infantil. Isso confirma a diversidade e o pluralismo das investigações já realizadas. O direito declarado e consagrado a partir da Constituição Federal brasileira de 1988 não se materializou para grupos marginalizados e excluídos do acesso à educação infantil de qualidade sendo este um grande desafio para quem realiza e para quem estuda as políticas públicas (GALVÃO; SILVEIRA; BARBOSA, 2020).

Nosso artigo também reforça e ressalta a importâncias das lutas sociais e populares em torno do direito à educação infantil. Santos, Kramer e Nunes (2021) mostram que a mobilização dos familiares das crianças matriculadas ou em lista de espera de vagas em creches e pré-escolas com o apoio das profissionais que trabalham nessas instituições pode fazer grande diferença na luta pela conquista e efetivação desse direito. As autoras estudaram a realidade da garantia da obrigatoriedade de acesso na cidade de Nova Iguaçu no estado do Rio de Janeiro. Na mesma perspectiva, Maudonnet (2020) e

Almeida e Rodrigues (2020) destacam a incidência do movimento social organizado na construção das políticas de educação infantil e evidenciam as tensões existentes entre sujeitos/atores/agentes envolvidos no ciclo das políticas (MAINARDES, 2006) e nos processos de regulação (BARROSO, 2005), notadamente nas temáticas relacionadas à "inclusão das creches no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, valorização dos profissionais da educação e a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil" (ALMEIDA; RODRIGUES, 2020, p. 1).

O PRIMEIRO JARDIM DE INFÂNCIA MENINO DE JESUS CRIADO EM 1958

A primeira instituição de atendimento às crianças de zero a seis anos de idade da cidade de Betim, conforme os registros disponíveis e consultados, surge no ano de 1958, quando o poder público municipal, representado pelo então prefeito Raúl Saraiva, sancionou uma legislação dispondo sobre a doação de um terreno público para a construção da sede do Jardim de Infância Menino de Jesus, na rua Serrado, ao lado da casa das senhoras Divina Starling, Francisca Pinto e Josua Iracia de Jesus (BETIM, 1958). O ano de 1959 marca o início das atividades desse Jardim de Infância Menino de Jesus, que era uma instituição privada (BETIM, 2006) e foi a primeira instituição que atendeu crianças pequenas na cidade. Em Betim, observou-se a lógica presente em outras cidades brasileiras, conforme apontado pelas pesquisas sobre a história da educação infantil e das políticas para a infância (KRAMER, 1984; KUHLMAN JÚNIOR, 2011; FERREIRA DA SILVA; SOARES, 2017; LIMA; SANTOS; PAIVA, 2022), em que os primeiros Jardins de Infância, como instituições educacionais, estavam voltados para o atendimento das crianças filhas de famílias abastadas.

Em 1959, outra situação protagonizada pelo Prefeito Raúl Saraiva chama atenção. Dessa vez, ele autorizou o pagamento com recursos públicos de uma quantia no valor de mil e quinhentos cruzeiros para o Sr. João Pinto Coleta por serviços prestados com transporte de crianças para o Jardim da Infância (BETIM, 1959). No entanto, o prefeito não deixou claro para qual jardim as crianças estavam sendo transportada, todavia, a conjuntura coincide com o início do funcionamento do Jardim de Infância Menino de Jesus, em 1959. Devido às pouquíssimas ações do Poder Público voltadas para o atendimento da infância, o contexto nos leva a afirmar que o transporte das crianças para o Jardim de Infância, neste período, era privilégio dos filhos dos socialmente bem-sucedidos. A questão do privilégio não se resumia apenas ao transporte, isto porque, historicamente, as instituições para a primeira infância em Betim estiveram concentradas mais ao Centro da Cidade, o que excluía os moradores da periferia (BETIM, 1996; FERREIRA DA SILVA, 2022).

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E À VELHICE (APROMIV) – 1971

Na década de 1960, destaca-se, além da criação do primeiro Jardim de Infância da cidade, a ação filantrópica de prestação de serviços de caridade aos mais pobres pelas primeiras-damas municipais. É exemplo disso, a ação de Dona Mariquinha, então casada com Álvaro de Sales Barbosa, figura pública que foi vice-prefeito e também prefeito municipal. No ano de 1964, Dona Mariquinha fundou a Ação Social Santa Edwiges – instituição que realizou diversas parcerias para a captação de recursos, inclusive com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) – que ofertava atendimento médico e odontológico, exames de laboratório e distribuição de alimentos, com foco nas famílias carentes (MIRANDA, 2008). Essa ação social de apoio e ajuda aos necessitados pode ser associada à criação, no ano de 1971, da Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Velhice (Apromiv). Mesmo afastados no tempo, os objetivos da Apromiv de atender às crianças pobres filhas das classes trabalhadoras assemelham-se às finalidades do Instituto de Proteção e Assistência à Infância e da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, fundados na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1899 para atender às crianças pobres (KUHLMAN JÚNIOR, 2011).

Conforme a tradição do município, a primeira-dama representava a cidade na parceria com a LBA na promoção da ação social. Na década de 1970, a senhora Maria de Lourdes Lara passou a ocupar o *status* de primeira-dama, com o início do mandato de prefeito de seu marido João Lara. No entanto, Dona Mariquinha, esposa do prefeito anterior, continuou com o seu trabalho à frente da Ação Social Santa Edwiges. Para que a nova primeira-dama conseguisse captar recursos de doações estaduais e federais a solução foi criar outra entidade não governamental, a exemplo da Ação Social, fundada e dirigida pela primeira dama D. Mariquinha. Assim, no ano de 1971, foi criada a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e a Velhice (Apromiv).

A Apromiv tinha como objetivo atender a três tipos de públicos: às gestantes, por meio de amparo em questões sociais e materiais; às crianças, por intermédio de creches, lactários ou similares; e aos idosos, com a criação de asilos e outras ações (MIRANDA, 2008). O surgimento da Apromiv ocorre após a chegada da Refinaria Gabriel Passos (Regap) em 1968, período próximo ao da construção do Distrito Industrial Paulo Camilo e da chegada da Fiat Automóveis durante a década de 1970. A Apromiv contribuiu para que, pela primeira vez, houvesse apoio com recursos públicos aos serviços de atendimento à infância, marcando na cidade o início da construção das políticas para a educação das crianças pequenas nas creches e nas pré-escolas. Assim, a partir da década de 1970, os poderes Executivo e Legislativo se movimentam no sentido de formular leis e de propor ações voltadas para as instituições populares.

A chegada da Regap e da Fiat Automóveis à cidade de Betim faz parte do processo de industrialização vivenciado no Brasil nas décadas de 1950 e 1960 (ASSIS PINTO, 1997). Caputo e Melo (2009) mostram que muitas cidades brasileiras cresceram e se urbanizaram em torno da indústria automobilística que mobilizou uma rede de outras indústrias voltadas para fabricação de máquinas, equipamentos, artigos de borracha, máquinas, aparelhos, materiais plásticos e elétricos. Esse mercado foi dividido entre as empresas multinacionais que administravam as montadoras de veículos e as empresas nacionais que administravam o setor de autopeças. Naquele contexto, as ações governamentais e a movimentação do capital privado nacional passaram a buscar investimentos externos e a depender da presença das empresas multinacionais. Concomitantemente ao processo de urbanização e de industrialização, observa-se em Betim a ampliação das políticas públicas de assistência e de educação.

Alguns meses após a sua criação, a Apromiv foi considerada instituição de utilidade pública municipal, passando consequentemente a receber recursos públicos da cidade em 1972, conforme previsto na Lei nº 988, de 6 de dezembro de 1971, que trata de assuntos sobre a concessão de subvenções sociais, econômicas e dá outros encaminhamentos (BETIM, 1971). De acordo com Miranda (2008), a Apromiv não tinha estrutura própria até o ano de 1981, e seus funcionários eram cedidos pela Prefeitura Municipal de Betim. Nas creches apoiadas pela Apromiv havia também trabalhadores voluntários. Todavia, a instituição da primeira-dama, mesmo promovendo mudanças em relação ao atendimento à infância, não se desvinculava da política eleitoral com fortes marcas na cidade, pois o cidadão, para ser atendido pelos serviços da Apromiv, precisava preencher uma ficha de inscrição informando inclusive o número do título de eleitor (MIRANDA, 2008). A parceria entre a Prefeitura Municipal de Betim e a Apromiv serviu de modelo para outras parcerias que o município realizou posteriormente com diversas instituições filantrópicas e associações comunitárias que surgiram na cidade, principalmente durante a década de 1980.

Esse jogo eleitoral com o atendimento às crianças não é exclusividade de Betim. Rosemberg (2010) mostra que os bebês sempre são “paparicados” pelos políticos em suas campanhas eleitorais. A imagem de candidato beijando, carregando bebês em seus braços e tentando passar uma ideia de bondade e de preocupação, contrasta com a realidade de alta taxa de pobreza, alta taxa de mortalidade infantil e insuficiência de vagas para o atendimento das crianças na educação infantil. Além disso, conforme essa autora revela, programas de atendimento a baixo custo, foram amplamente disseminados na década de 1970 pelo governo militar no Brasil com base em modelos de atendimento não formal e com pequeno investimento público, de acordo com os princípios preconizados por organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) nos anos 1970 e 1980, e o Banco Mundial nos anos

1990. No entanto, diferentes cidades e estados brasileiros efetivaram de diferentes maneiras essa política de atendimento não formalizado e a baixo custo, sob o "manto sagrado" do comunitarismo e da filantropia (ROSEMBERG, 1992, 2002; FERREIRA DA SILVA, 2016a; 2016b; 2017; 2020).

Em Betim, o documento intitulado *Referencial Político Pedagógico* (BETIM, 2008b) destaca que durante a década de 1980 houve um aumento do número de instituições de atendimento à infância, passando de uma instituição filantrópica e quatro particulares para 25 instituições comunitárias e filantrópicas no fim da década seguinte. O aumento das creches continuou a favorecer a região central da cidade, pois cerca de 40% do atendimento acontecia na filial regional do Centro, onde estavam alocados 70% dos profissionais cedidos pela Secretaria Municipal de Educação às instituições filantrópicas (BETIM, 1996).

A relação da Apromiv com as creches comunitárias e filantrópicas se dava por meio de repasses descontínuos de recursos financeiros e materiais. Não existia uma articulação entre a Apromiv e as creches na perspectiva de projetar uma política pública de atendimento às crianças da cidade. Em 1991, entretanto, registra-se importante ação direta da prefeitura municipal direcionada para a educação infantil, quando foi construída a primeira instituição de atendimento à infância pelo setor público, nomeada Centro Infantil Emílio Máfia Gomes, pela Lei nº 2.136 de 8 de outubro de 1991 (BETIM, 1991). Embora seja relevante a construção dessa instituição, essa ação por si só não caracterizou o compromisso do Poder Público em assumir a gestão dos serviços voltados para o atendimento das crianças pequenas da cidade.

O MOVIMENTO DE LUTA PRÓ-CRECHES (MLPC) E O PODER PÚBLICO

O crescimento da ação do Poder Público ocorreu em resposta à articulação das instituições comunitárias junto ao Movimento de Luta Pró-Creches – o MLPC, que originou-se nas periferias da divisa entre Belo Horizonte e Contagem, no ano de 1979. No caso da cidade de Betim, durante a década de 1970, a Apromiv já pautava a oferta de creches (MIRANDA, 2008) e o MLPC surge posteriormente como instrumento de mobilização popular liderado por mulheres pioneiras das creches comunitárias na região da divisa, que passaram a lutar pelo direito das crianças ao acesso à educação com qualidade. O MLPC, segundo Filgueiras (1994), passou da defesa das creches comunitárias para a luta em prol do direito à educação infantil. Esse deslocamento sinaliza a iniciativa do movimento social de se afastar do falso comunitarismo que advogava participação direta e voluntária das populações nas creches e de reivindicar o atendimento educacional como um direito das crianças e das famílias.

> Tratava-se de iniciativas de mulheres habitando bairros pobres, que a princípio contavam apenas com o apoio dos vizinhos, das mães das crianças e, às vezes, do padre da paróquia mais próxima. As primeiras creches foram o embrião do que mais tarde se tornaria o Movimento de Luta por Creches. Elas começaram a se reunir para trocar informações e experiências e buscar soluções para as suas dificuldades (FILGUEIRAS, 1994, p. 19).

Em Betim, as primeiras creches que se filiaram ao MLPC foram a Creche Comunitária Sorriso de uma Criança, em 1983, e a Creche Comunitária Pequeno Príncipe, em 1986, ambas localizadas na Regional Imbiruçu. No ano de 1992, o número de instituições betinenses que aderiram ao movimento chegava a 10 (LARA, 2004). O surgimento do MLPC em Belo Horizonte e em Betim ocorreu em meio ao contexto de mobilização e de luta pelo fim da ditadura militar e pela construção de um Estado de bem-estar social que garantisse os direitos sociais para a população. O MLPC contribuiu, dentre outras coisas, para marcar nacionalmente o reconhecimento jurídico do direito da criança à educação, conquistado em 1988 pela Constituição Federal e consolidado pela definição legal fixada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 (LDB/1996), da educação infantil como a primeira etapa da educação básica brasileira. Em Betim, o movimento representou a reivindicação do direito de uma educação infantil de qualidade para as crianças betinenses. A relação entre as profissionais de creche, o Poder Público e o MLPC foi de reconhecimento e reciprocidade, mas também foi de conflito e tensão (FILGUEIRAS, 1994; LARA, 2004; SILVA, 2004).

FRENTE BETIM POPULAR: NOVA FASE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE BETIM

Em 1992, nas eleições municipais, o projeto que venceu a disputa eleitoral foi o da Frente Betim Popular. Esse projeto político, que contou com o apoio dos movimentos sociais e populares, trazia como pauta a defesa das políticas públicas sociais, e sua chegada ao poder só foi possível graças à redemocratização da sociedade brasileira no decorrer da década de 1980 que favoreceu a eleição de projetos de oposição ao regime militar, principalmente porque defendiam o aumento e a melhoria das políticas públicas para a população, dentre elas, as políticas para a educação infantil. A professora Maria do Carmo Lara foi a candidata eleita pela Frente Betim Popular e também a primeira mulher a ocupar o cargo executivo na cidade. O vice-prefeito na gestão de Lara, Jésus Mário de Almeida Lima, foi seu sucessor no cargo de prefeito e ambos eram filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT).

A Apromiv continuou sendo a instituição responsável pela educação infantil. Após um processo de reestruturação, a Apromiv contava então com uma diretoria composta por presidente e diretor executivo, diretor de planejamento, secretária e tesoureira e, durante as gestões de Lara e Lima, os cônjuges dos prefeitos assumiram a instituição na condição de presidentes de honra, não respondendo,

assim, diretamente pela Apromiv, responsabilidade então a cargo da diretoria. Criou-se também sete divisões dentro da estrutura administrativa, dente elas a Divisão de Atendimento às Creches (BETIM, 1996; MIRANDA, 2008).

O olhar diferenciado desse governo para a educação infantil, partindo da centralidade nas crianças, baseou-se em alguns aspectos estruturantes que contribuíram para a consolidação da educação infantil em Betim, que foram: 1) a educação infantil assumida como direito das crianças e das famílias e não como política compensatória; 2) mesmo inexistindo uma política de financiamento público para a educação infantil, o governo municipal investiu na área; 3) o crescimento de uma nova percepção da sociedade para com a educação para a primeira infância; e 4) o contexto de consolidação de um novo ordenamento jurídico em defesa dos direitos da criança, estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 (BETIM, 1996).

A maior parte dos serviços prestados pela Apromiv se concentrava na educação infantil, e os recursos recebidos vinham do repasse da Secretaria Municipal de Educação. Essa secretaria colocava à disposição das creches um bom número de profissionais, e era fundamental para a realização da política de alimentação escolar desenvolvida pela sua Divisão de Merenda Escolar (BETIM, 1996). A leitura da documentação oficial revela que há um reconhecimento de que naquele momento histórico a atuação da Prefeitura ainda estava aquém do esperado e do necessário, apesar da política implementada ser significativa e inovadora. Seria preciso, então, continuar a expansão da rede, mas com amplo planejamento que atendesse às crianças de 0 a 6 anos moradoras da cidade.

O relatório produzido pela Prefeitura no ano de 1996 mostra ainda que a gestão da Apromiv teve em alguns momentos dificuldades para dialogar com as comunidades e com o MLPC, pois quando se tratou de assuntos mais técnicos da área, houve pouca produtividade nos diálogos estabelecidos. Mesmo as mudanças significativas impactando de forma positiva a vida das crianças, dos profissionais e das comunidades, estas não foram suficientes para romper com a marca assistencialista de funcionamento das instituições, o que demonstrou ainda mais a necessidade de investir em uma formação efetiva das gestoras e das profissionais das creches (BETIM, 1996).

Durante os dois mandatos petistas, a Apromiv foi a responsável por planejar o atendimento da educação infantil em Betim, pois a Secretaria Municipal de Educação, apesar de contribuir indiretamente, não assumiu a responsabilidade pela educação infantil na condição de órgão gestor da educação básica do município. Manter a educação infantil por meio de uma política de convênios representou um grande risco de retrocesso, haja vista a falta de regras claras para o financiamento dessa etapa da educação na época. Miranda (2008) ressalta em seu estudo que durante o governo de Jésus Lima não foram produzidas inovações na área de políticas públicas, assim como algumas das ações

características no mandato de Maria do Carmo Lara permaneceram estagnadas durante o segundo mandato petista.

A EXPANSÃO DA REDE CONVENIADA EM BETIM NO SÉCULO XXI

Nas eleições municipais do ano de 2000 – a primeira depois da aprovação da reeleição no Brasil – Carlaile Pedrosa, após ser candidato pela terceira vez, foi eleito prefeito, na disputa com Maria do Carmo Lara. Em 2004, novamente Carlaile foi eleito prefeito municipal. A discussão desta parte do trabalho se refere, portanto, aos oitos anos do governo Carlaile Pedrosa (2001 a 2008).

Naquele período, ocorreu o fortalecimento da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) e o enfraquecimento da atuação da Apromiv (MIRANDA, 2008). Na Secretaria Municipal de Educação (Semed) foi formada uma equipe de educação infantil, que trabalhou diretamente pela expansão de vagas, pela formação dos profissionais e pela autorização (credenciamento) das instituições, tendo em vista um elevado número de creches não credenciadas. Foi a primeira vez que na Semed passou a existir uma equipe gestora para o acompanhamento da educação infantil na cidade. Porém, o fato de a Semed contar com uma equipe responsável pela gestão das creches comunitárias e filantrópicas no município não representou a inclusão dessa modalidade educacional na rede pública, e o financiamento da educação infantil ainda continuava fragmentado. A Semed era responsável pelo fornecimento da alimentação, pela concessão de professores(as) nível I (PI), de agentes de serviços escolares e ainda pelo repasse de pagamentos dos demais profissionais para a Apromiv. Já as despesas de expediente das creches eram pagas com os recursos do convênio com a Semas (BETIM, 2008b).

No ano de 2001 a cidade contava com um total de 34 instituições de educação infantil (BETIM, 2008b); em 2006 esse número havia alcançado 42 instituições (Idem, 2006), e no relatório final do mandato 2001-2008 já eram 71 instituições comunitárias e filantrópicas. O governo Carlaile Pedrosa quase dobrou o atendimento das crianças de 0 a 6 anos na cidade de Betim durante seus oito anos de gestão. Todavia, a atuação do governo Pedrosa no atendimento à infância reproduziu a mesma dinâmica de expansão implantada pelo governo militar durante a ditadura brasileira, consequentemente utilizando-se da mesma lógica dos governos que antecederam Maria do Carmo e Jésus Lima na prefeitura de Betim: expandiram a educação infantil por um projeto de educação pré-escolar de massa, fortalecendo os convênios. Muitas destas instituições funcionavam em casas alugadas e em lugares inadequados para o atendimento das crianças.

Já no ano de 1996, no relatório *A construção da política/a política da construção* (BETIM, 1996) se alertava para o fato de que um crescimento aleatório e sem planejamento do atendimento da

educação infantil poderia provocar – e nesse caso provocou – um retrocesso na qualidade social da política que vinha se implementando. Observa-se que nos dois mandatos de Carlaile a opção foi claramente pela expansão da oferta por meio de convênios precarizados em imóveis inadequados para o atendimento da primeira infância. Como está retratado no relatório final de gestão (BETIM, 2008c), os investimentos em educação no governo Pedrosa ocorreram com maior destaque a partir do segundo mandato, período que coincide com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) entre os anos de 2006 e 2007. É preciso que esse processo de expansão, segundo Soares (2015), seja acompanhado e monitorado de perto para que o crescimento da oferta necessária não ocorra em detrimento da qualidade do atendimento às crianças.

A AMPLIAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM BETIM

Com o término da gestão de Carlaile Pedrosa, iniciou-se o segundo mandato de Maria do Carmo Lara (PT), prefeita eleita em 2008 para o período de 2009 a 2012. Lara foi voltou à Prefeitura de Betim após acirrada disputa com o candidato Rômulo Veneroso (PV), que foi apoiado por Pedrosa. O foco central da política de atendimento à primeira infância no novo mandato foi a ampliação da rede pública de educação infantil. Ressalta-se que até o ano de 2008 havia na cidade apenas uma instituição pública para o atendimento á primeira infância: a Escola Infantil Emílio Máfia Gomes, fundada em 1991. Esse cenário começa a ser modificado em 2009, quando inicia-se a construção de instituições públicas de educação Infantil e a incorporação na rede municipal de educação de outras instituições já existentes na cidade (BETIM, 2010a).

Em Betim, o processo de ampliação da rede pública de educação infantil foi popularmente conhecido como “municipalização das creches”. No entanto, a literatura nos apresenta pelo menos duas concepções sobre municipalização da educação (OLIVEIRA, 1999). Uma caminha no sentido da privatização e outra no sentido da valorização da rede pública. No caso de Betim, essa segunda perspectiva prevaleceu no segundo mandato de Lara. Em 2009, oito instituições foram decretadas públicas, e no ano seguinte, duas instituições comunitárias pertencentes ao Lions Clube passaram para a rede pública (a Creche Comunitária José Alves Pinto e o Centro Infantil Recanto da Criança), o que representou uma grande conquista para esse movimento, por ambas serem instituições históricas na cidade. A meta da Prefeitura era atingir 41 instituições na rede pública até o ano de 2012 (BETIM, 2010a). Entretanto, os números atingidos ficaram aquém do esperado. O aumento de apenas seis

instituições de educação infantil na cidade entre 2009 e 2012 não alcançou o objetivo do governo Maria do Carmo Lara para este setor.

Com o estabelecimento de uma rede pública de educação infantil, um ponto que merece destaque é a criação dos cargos públicos de educador infantil e de auxiliar administrativo do Centro Infantil Municipal (CIM) por meio da aprovação da Lei nº 4.933 de 23 de dezembro de 2009 (BETIM, 2009), que atendeu uma antiga reivindicação do MLPC e do Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativa, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional (Senalba). Na mesma legislação também foi criado o cargo de diretor de CIM, tendo em vista a importância de sua contribuição para o fortalecimento da gestão democrática na educação infantil (BETIM, 2010a). Nos cargos de educador e diretor, a escolaridade mínima exigida era o magistério em nível médio; para os auxiliares administrativos era preciso nível médio completo; e a função de coordenador pedagógico do CIM, de acordo com a legislação, passa a ser exercida por um educador habilitado e designado. Com relação à jornada de trabalho, o cumprimento mínimo para todos os cargos é de 40 horas semanais (BETIM, 2009).

Em 2011 foi realizado um concurso público (BETIM, 2010b) para toda a educação municipal de Betim, cuja grande novidade foi ser o primeiro concurso para os profissionais da educação infantil. Inicialmente, estava prevista a contratação imediata de 247 educadores infantis e 18 auxiliares administrativos de CIM. As primeiras nomeações ocorreram no dia 23 de julho de 2011 para os educadores infantis; e em 30 de julho de 2011, para os auxiliares administrativos. A partir de agosto desse mesmo ano, os(as) trabalhadores(as) efetivos começaram a trabalhar nos centros infantis municipais, dando início ao processo de substituição dos profissionais contratados via Apromiv para profissionais efetivos que ingressaram por concurso público.

O fato de haver novos profissionais com vínculo estatutário com a Prefeitura Municipal – que nem sempre conheciam a trajetória de luta pela educação infantil do MLPC de Betim – fez com que o movimento perdesse a legitimidade de organizador dos novos servidores que chegaram às antigas instituições comunitárias, agora "municipalizadas". O processo de consolidação de instituições públicas com profissionais concursados também muitas vezes desconsiderou "até certo ponto o histórico das diversas instituições conveniadas, bem como a própria parceria MLPC/Município, através da Apromiv" (PUC MINAS, 2012, p. 175). A opção naquele momento histórico foi pela consolidação de uma rede pública de instituições.

Durante o segundo semestre de 2011, na medida em que os novos profissionais foram chegando aos CIMs, iniciou-se as primeiras conversas entre o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE)/Subsede Betim e os(as) trabalhadores(as) da educação infantil pública do município. E após

a realização de várias reuniões, seminários de organização e assembleia da categoria de trabalhadores da educação infantil foi deflagrada a primeira greve dos(as) trabalhadores(as) da educação infantil pública de Betim iniciada no dia 30 de maio de 2012, mesmo diante das ameaças de corte de ponto (BETIM, 2012). As principais reivindicações eram referentes às: condições de trabalho, sendo que muitos dos CIM foram "municipalizados" em prédios com condições precárias de funcionamento; à ausência de um plano de carreira para os profissionais (com foco maior no educador infantil); à jornada de trabalho, que além de sua redução, era preciso ser adequada aos momentos de planejamento e ao horário de estudo para os(as) educadores(as); e ao pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional, que até o momento não havia sido cumprido conforme Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008 (BRASIL, 2008; BETIM, 2011a; CERQUEIRA, 2012).

ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS

O ano de 2013 marca o final do governo de Maria do Carmo Lara e o retorno de Carlaile Pedrosa ao cargo de prefeito. No início da gestão (2013-2016) havia na cidade 30 CIM e 47 creches conveniadas. De acordo com os dados disponibilizados pela Semed referentes à situação das matrículas no mês de agosto de 2016, funcionavam 35 CIM e 53 creches conveniadas com a Prefeitura Municipal. Diferentemente da postura adotada no governo anterior da prefeita Maria do Carmo, o processo de "municipalização" não teve força na gestão de Carlaile Pedrosa. Apenas uma instituição foi "municipalizada" entre os anos de 2013 e 2016: o Instituto Educacional Tia Dulce, que passou a CIM Tia Dulce. De acordo com informações obtidas em entrevista realizada com uma gestora da Semed, essa unidade foi "municipalizada" porque havia vários problemas administrativos que impediam a continuidade do convênio com a Prefeitura.

Com a criação da diretoria de educação infantil de rede conveniada, os convênios das creches passaram a ser estabelecidos diretamente com a Semed. A ligação da Apromiv com a educação infantil da rede pública foi mantida até o ano de 2013 de forma limitada, pois ainda nessas instituições existiam casos específicos de educadores(as), auxiliares administrativos, profissionais de cozinha, de limpeza e vigias contratados pela Apromiv que trabalharam nos CIM até dezembro daquele ano. Observa-se que, no período do mandato dessa gestão municipal, optou-se por realizar processos seletivos simplificados (PSS) em detrimento da contratação de profissionais por meio de concursos públicos, sendo que desde 2013 já havia se esgotado as chamadas para os profissionais de magistério da educação infantil e para os atendentes de apoio pedagógico ainda não havia ocorrido nenhum concurso público.

A realização desse tipo de processo seletivo significa precarização das condições de trabalho dos profissionais da educação. O vínculo provisório (apenas 12 meses), a falta de estabilidade profissional, a proibição de renovação dos contratos provocam descontinuidade na contratação de pessoal, repercutindo negativamente na qualidade da oferta de educação infantil, pois nessa etapa da educação básica, mais do que em qualquer outra etapa, a rotina e a regularidade são fundamentais para o bom atendimento das crianças nas instituições escolares.

Essa nova gestão de Pedrosa foi marcada por inúmeras mobilizações dos trabalhadores da rede municipal de educação. Nos anos de 2014 e 2015 foram duas greves de mais de 20 dias. Nos anos de 2013 e 2016, embora não tenham ocorrido greves, ocorreram intensas mobilizações, que sempre contaram com a presença massiva dos profissionais da educação infantil. Porém, durante esse período, apesar de algumas conquistas, foram anos difíceis, em que o governo municipal assinou vários termos de acordo com a categoria e não cumpriu a maior parte dos pontos acordados. Nos anos de 2015 e 2016 a lutas dos trabalhadores da rede municipal de educação de Betim, mais do que por valorização, foi em defesa da dignidade humana, visto o descaso do governo municipal com a educação pública da cidade.

ESTRUTURA DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL CONSOLIDADA

As informações sobre os gastos públicos de Betim que começaram a ser disponibilizadas no Portal da Transparência da Prefeitura a partir do ano de 2010, e mostram que no período entre de 2002 a 2015 a cidade apresentou crescimento na aplicação de dinheiro público em serviços públicos, isso muito por conta do aumento da arrecadação municipal ao longo dos anos. No caso da educação infantil, isso significou um maior reconhecimento da primeira etapa da educação básica como pauta importante a constar no orçamento público (BETIM, 2016). No entanto, o volume de recursos estava muito aquém do que se necessita para garantir a qualidade necessária e a universalização do atendimento para todas as crianças.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, informa que Betim possui aproximadamente 34.081 crianças com idade entre 0 a 6 anos (IBGE, 2012). A cidade conta com um total de 90 instituições de educação infantil, sendo 53 conveniadas com Prefeitura e o restante é da rede pública, sendo 35 CIM e duas escolas municipais que possuem atendimento de educação infantil. A maior parte das crianças está matriculada nas creches conveniadas, sendo um total de 9.265, e a rede pública possui 5.832 crianças matriculadas. No geral, a política de educação infantil de Betim atende 15.097 crianças, o que corresponde a uma abrangência percentual de apenas 44,3% do total da população de 0 a 6 anos, ou

seja, em Betim atualmente há aproximadamente 18.984 crianças nessa faixa etária (55,7% do total) que não são atendidas pela rede municipal de educação.

De acordo com informações disponibilizadas pela Prefeitura em 2016, há nas instituições públicas um total de 976 trabalhadores(as) divididos em diferentes funções, a maioria deles (59,63%) com vínculo efetivo com a Prefeitura de Betim. No entanto, há um percentual considerável (40,37%) de trabalhadores(as) contratados precariamente e sem vínculo de estabilidade. Em relação à formação, observa-se que do total de 555 sujeitos docentes apenas 238 (42,88%) possuem curso superior completo, 147 (26,49%) estão cursando o ensino superior e 170 (30,63%) possuem apenas o ensino médio na modalidade magistério. Do total de professores, apenas 16 (2,88%), até aquele momento, tiveram a oportunidade de fazer um curso de pós-graduação (SEMED, 2016a; 2016b; 2016c).

As informações sobre os gastos públicos de Betim começaram a ser disponibilizadas no Portal da Transparência da prefeitura, a partir do ano de 2010, conforme constam nos relatórios. Realizamos um levantamento sobre o investimento em educação infantil na cidade e encontramos informações disponíveis do ano de 2002 até 2015. Assim, conforme é apresentado na Tabela 1, durante todo este período Betim apresentou crescimento na aplicação de dinheiro público em serviços públicos, isso muito por conta do aumento da arrecadação municipal ao longo dos anos.

Tabela 1 – Recursos aplicados em Educação Infantil entre 2002 e 2015

Ano	Execução Orçamentária de Betim (R$)	Variação (%)	Educação (R$)	Variação (%)	Ensino Fundamental (R$)	Variação (%)	Educação Infantil (R$)	Variação (%)
2002	332.939.825,03	*	73.841.659,93	*	60.769.953,55	*	4.763.058,80	*
2003	390.301.938,54	17,2	89.732.176,66	21,5	72.535.708,15	19,4	5.662.127,44	18,9
2004	460.649.966,79	18,0	103.783.684,84	15,7	82.760.830,09	14,1	6.344.794,26	12,1
2005	504.280.273,30	9,5	120.138.779,79	15,8	95.726.207,29	15,7	6.856.577,62	8,1
2006	657.685.789,91	30,4	154.264.637,74	28,4	118.690.425,10	24,0	10.184.790,17	48,5
2007	718.346.620,86	9,2	157.201.216,19	1,9	124.212.021,22	4,7	12.440.377,65	22,1
2008	802.663.699,48	11,7	179.707.281,08	14,3	140.167.651,72	12,8	14.974.726,60	20,4
2009	866.979.300,00	8,0	212.550.550,41	18,3	155.139.439,79	10,7	24.063.924,02	60,7
2010	1.002.344.249,33	15,6	254.147.012,29	19,6	150.321.721,15	-3,1	32.051.901,64	33,2
2011	1.099.918.443,30	9,7	242.763.581,87	-4,5	140.719.524,50	-6,4	31.695.781,57	-1,1
2012	1.151.834.959,05	4,7	294.137.589,50	21,2	173.958.090,27	23,6	36.109.209,66	13,9
2013	1.200.238.711,58	4,2	309.945.751,88	5,4	205.049.083,93	17,9	38.664.526,96	7,1
2014	1.302.409.998,16	8,5	361.881.579,80	16,8	241.049.749,78	17,6	43.167.117,16	11,6
2015	1.308.643.348,38	0,5	358.050.791,40	-1,1	245.140.692,32	1,7	48.157.673,75	11,6

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (2016).

Por um lado, o aumento de investimentos em educação infantil significa um maior reconhecimento da primeira etapa da Educação Básica como pauta importante a constar no orçamento

público. Mas por outro lado, o volume de recursos está muito aquém do que se necessita para garantir a qualidade necessária e a universalização do atendimento para todas as crianças. Os recursos aplicados em educação infantil ainda não foram suficientes para tirá-la da condição de política secundária no orçamento da educação. O percentual ocupado pelo Ensino Fundamental no orçamento da educação de Betim, embora tenha apresentado redução, ao longo desse período sempre foi maior do que o percentual ocupado pela educação infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas públicas de atendimento educacional às crianças de 0 a 6 anos na cidade de Betim, nas décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990 do século XX deve ser empreendida a partir do contexto nacional e internacional influenciado pelos organismos multilaterais, como Unicef, Unesco e Banco Mundial, que preconizavam ações não formais com baixos investimentos e contenção de gastos públicos. Os modelos de atendimento a "baixo custo" recomendam que os educadores sejam leigos para justificar salários reduzidos (FERREIRA DA SILVA, 2021; 2022b); sejam utilizados espaços improvisados; que o material pedagógico como papéis, tintas, livros e brinquedos também sejam improvisados com criatividade; que sucatas e materiais recicláveis sejam reaproveitados para o trabalho com as crianças. Há a configuração de uma educação infantil subalterna nas periferias urbanas de compensar a carência das populações pobres, sobretudo das periferias urbanas, com o suposto combate à desnutrição e a preparação das crianças para o ensino fundamental, sendo isto empreendido na lógica do fazer muito e gastar pouco (ROSEMBERG, 1992; 2002).

No caso da cidade de Betim, conforme buscamos demonstrar, mesmo com os avanços dos últimos 30 anos, persiste no decorrer do tempo demandas comunitárias por educação infantil de qualidade e a pouca atenção do poder público em relação a essas demandas. O desafio de oferecer educação de qualidade para os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas continua presente. Apesar de diferentes propostas, em nenhum momento da ação política dos governos municipais entre 1958 e 2016 a infância, de fato, foi tratada como prioridade da agenda política. Em nenhum momento o atendimento da infância foi universalizado e assumido plenamente pelo Poder Público. No entanto, conforme buscamos evidenciar, em alguns governos a educação infantil recebeu mais investimentos, mais projetos para o conjunto de instituições, mais espaços para se debater, mais diálogo e atendimento das reivindicações dos movimentos e sindicatos, mais tratamento como política de estado, maior ampliação da oferta de vagas, mais construções de instituições etc.

Nesse percurso, destacaram-se a mobilização de pessoas da comunidade em torno da Ação Social Santa Edwiges, a criação da Apromiv e a participação dos movimentos sociais, sobretudo o

movimento sindical dos trabalhadores da educação infantil. Nesse sentido, o Movimento de Lutas Pró-Creches foi importante para defender a educação infantil não só de Betim, mas também da região metropolitana de Belo Horizonte. E com a consolidação da rede pública de instituições, o Sind-UTE tem desempenhado um papel relevante nas lutas em prol da educação na cidade. A defesa das políticas públicas de educação infantil não pode ficar a cargo somente dos trabalhadores. É preciso e que as famílias e as comunidades estejam engajadas nessas lutas, pois educação não é favor concedido, e sim um direito de todas as crianças e suas famílias e que exige luta incessante.

Em Betim ainda se faz necessário fortalecer o desenvolvimento de um fórum específico para tratar das questões da educação infantil, discutir projetos para o atendimento da primeira infância na cidade e para a formação dos profissionais, mudanças legais, mudanças de concepções na área e muitos outros assuntos que influenciam diretamente a política pública de educação para as crianças de 0 a 5 anos. É preciso ainda que outras instituições públicas participem desse fórum, pois sua ideia vincula-se à busca conjunta de soluções para os problemas do município. Os dilemas da cidade não são poucos nem simples, por isso é imprescindível criar mais espaços e mecanismos de participação popular no município de Betim. Os fóruns têm sido uma grande referência para os debates da educação infantil nos entes municipais, estaduais e federais.

Esse debate precisa ser aprofundado nas ações de pesquisas e nas ações políticas especificamente. Para isso, conforme indica Pereira (2022) é preciso explicitar sempre o conceito de política com o qual operamos e também perspectivas, enfoques e posicionamentos que assumimos. Combinações teóricas e pluralismos metodológicos quando feitos de forma descuidada podem mais confundir do que esclarecer. Atuação política e científica sobre políticas para emancipar ou para regular? A regulação (BARROSO, 2005) parte predominantemente do Estado para a sociedade. A emancipação (GOMES, 2017; FERREIRA DA SILVA, 2021; 2022a; 2022b) parte mais da sociedade para o Estado. A atuação crítica nas interfaces das políticas nos permite compreender e até mesmo reelaborar conceitos de poder, verdade, subjetividade mobilizando concepções de Estado e de Sociedade Civil de forma cada vez mais pertinente para efetivarmos as políticas de/para/na educação infantil e garantirmos o direito das crianças a uma educação com qualidade socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, K. W. C.; RODRIGUES, C. M. L. “O MIEIB e a política da Educação Infantil”. **Educação em Questão**, vol. 58, n. 56, 2020.

ASSIS PINTO, T. **A história da construção de Betim**: espaço geográfico construído por gente. Betim: Editora Independente, 1997.

BARROSO, J. O "Estado, a educação e a regulação das políticas públicas". **Educação e Sociedade**, vol. 26, n. 92, 2005.

BETIM. **1ª Avaliação do Plano Municipal Decenal de Educação (PMDE) 2008**. Betim: Conselho Municipal de Educação, 2008a.

BETIM. **A construção da política/a política da construção**: uma experiência municipal em educação infantil. Betim: Prefeitura Municipal de Betim, 1996.

BETIM. **Ata da plenária de 31 de maio de 2012**. Betim: Conselho Municipal de Educação, 2012.

BETIM. **Concurso Público Edital n. 001, de 22 de fevereiro 2010**. Prefeitura Municipal de Betim, Betim, 2010b.

BETIM. **Conferência de Educação do Município de Betim 2010**. Betim: Semed, 2010a.

BETIM. **Edital PSS n. 001, de 14 de fevereiro de 2015**. Betim: Prefeitura Municipal de Betim, 2015a.

BETIM. **Educação infantil**: Betim: pré-pauta de reivindicações. Betim: Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, 2011a.

BETIM. **Lei n. 267, de 24 de junho de 1958**. Betim: Câmara Municipal, 1958.

BETIM. **Lei n. 988, de 6 de dezembro de 1971**. Betim: Câmara Municipal, 1971.

BETIM. **Lei n. 2.136, de 08 de outubro de 1991**. Betim: Câmara Municipal, 1991.

BETIM. **Lei n. 2.701, de 30 de outubro de 1995**. Betim: Câmara Municipal, 1995.

BETIM. **Lei n. 3.425, de 7 de fevereiro de 2001**. Betim: Câmara Municipal, 2001.

BETIM. **Lei n. 4.933, de 23 de dezembro de 2009**. Betim: Câmara Municipal, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2ThByd0>. Acesso em: 20/02/2023.

BETIM. **Plano Municipal Decenal de Educação de Betim 2006-2015**. Betim: Prefeitura Municipal, 2006.

BETIM. **Portal da Transparência**. Dados sobre receitas e despesas da cidade. Betim, 2016.

BETIM. **Referencial Político Pedagógico de Betim**: educação infantil. Betim: Secretaria Municipal de Educação, 2008b.

BETIM. **Relatório final de gestão 2001-2008**. Betim: Prefeitura Municipal, 2008c.

BETIM. **Sind-UTE Betim convoca**: reunião de representantes da educação infantil. Betim: Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, 2011b.

BRASIL. **Lei n. 11.738 de 16 de julho de 2008**. Brasília: Planalto, 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/02/2023.

BRASIL. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. Brasília: Ministério da Educação, 1998. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20/02/2023.

CAPUTO, A.C.; MELO, H. P. "A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC". **Estudos Econômicos**, vol. 39, n. 3, 2009.

CERQUEIRA, B. “As condições da educação infantil em Betim”. **Blog Beatriz Cerqueira** [2012]. Disponível em: <www.beatrizcerqueira.com.br>. Acesso em: 05/05/2023.

FERREIRA DA SILVA, O. H. “Pedagogia da Primeira Infância Oprimida: descolonizando a Educação Infantil com Paulo Freire”. **Práxis Educativa**, vol. 16, 2021.

FERREIRA DA SILVA, O. H. **A (não) educação da primeira infância periférica para a cidadania**: por saberes e fazeres decoloniais e emancipatórios (Tese de Doutorado em Educação). Belo Horizonte: UFMG, 2022a.

FERREIRA DA SILVA, O. H. **A participação da comunidade escolar na gestão da educação infantil de Betim/MG** (Dissertação de Mestrado em Educação). Belo Horizonte: UFMG, 2016b.

FERREIRA DA SILVA, O. H. **Educação Infantil em Betim (1958-2016)**. Rio de Janeiro: Editora Synergia, 2016a.

FERREIRA DA SILVA, O. H. **Gestão democrática na educação infantil**. Contagem: Escola Cidadã, 2020.

FERREIRA DA SILVA, O. H. **Paulo Freire e à docência na educação infantil**. Belo Horizonte: Caravana Editorial, 2022b.

FERREIRA DA SILVA, O. H.; SOARES, A.S. “Educação Infantil no Brasil: história e desafios contemporâneos”. **Argumentos Pró-Educação**, vol. 2, n. 4, 2017.

FILGUEIRAS, C. A. C. “A creche comunitária na nebulosa da pobreza”. **Cadernos de Pesquisa**, n. 88, 1994.

GALVÃO, P. K. A.; SILVEIRA, T. A. T. M.; BARBOSA, I. G. “A conquista do direito das crianças à educação: da proposição à materialização”. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, vol. 36, n. 3, 2020.

GOMES, N. L. **Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

KUHLMAN JÚNIOR, M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

LARA, M. C. **25 anos do Movimento Pró-Creches da região metropolitana de Belo Horizonte 1979-2004**: a história que muita gente não conhece. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

LIMA, A. E. O.; SANTOS, H.; PAIVA, R. “Políticas públicas para infância: um estudo da condição da criança no Brasil e na Espanha durante a pandemia da Covid-19”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 12, n. 36, 2022.

MAINARDES, J. “Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais”. **Educação e Sociedade**, vol. 27, n. 94, 2006.

MAINARDES, J. “Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos”. **Educar em Revista**, vol. 34, n. 72, 2018.

MARTINS, A. M.; PIMENTA, C. O. “Planos Municipais de Educação de regiões metropolitanas: análise de fontes oficiais”. **Educação**, vol. 37, n. 2, 2014.

MAUDONNET, J. V. M. “O movimento interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) e seus efeitos nas políticas públicas”. **Educação e Sociedade**, vol. 41, 2020.

MIRANDA, M. A. **Trajetória institucional e gestão da política de assistência social no município de Betim-MG no período 1993 a 2006** (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Belo Horizonte: PUC-Minas, 2008.

OLIVEIRA, C. “A municipalização do ensino brasileiro”. *In*: OLIVEIRA, C. *et al*. **Municipalização do ensino no Brasil**: algumas leituras. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.

PEREIRA, J. M. S. **Pesquisas sobre políticas de/para/na Educação Infantil**: memória bibliográfica e base epistemológica (Dissertação de Mestrado em Educação). Belo Horizonte: UFMG, 2022.

ROSEMBERG, F. “A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares”. **Cadernos de Pesquisa**, n. 82, 1992.

ROSEMBERG, F. “Educação infantil pós-Fundeb: avanços e tensões”. *In*: SOUZA, G. (org.). **Educar na infância**: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

ROSEMBERG, F. “Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil”. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, 2002.

SANTOS, E. C.; KRAMER, S.; NUNES, M. F. “Professoras, familiares e políticas públicas de Educação Infantil: ‘esse futuro pode ser melhor’”. **Educação em Questão**, vol. 59, n. 60, 2021.

SEMED – Secretaria Municiapal De Educação De Betim. **Quadro de turmas e alunos por regional – Educação Infantil – Agosto -2016**. Betim: Secretaria Municipal de Educação de Betim, 2016a.

SEMED - Secretaria Municiapal De Educação De Betim. **Quadro sobre formação dos profissionais da rede pública de educação infantil**. Betim: Secretaria Municipal de Educação de Betim, 2016c.

SEMED - Secretaria Municiapal De Educação De Betim. **Quantidade de profissionais nos Centros Infantis Municipais**. Betim: Secretaria Municipal de Educação de Betim, 2016b.

SENALBA - Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional. **Convenção coletiva de trabalho**. Belo Horizonte: Senalba, 2013.

SILVA, I. O. **Profissionais de creche no coração da cidade** (Tese de Doutorado em Educação). Belo Horizonte: UFMG 2004.

SOARES, A. S. A “Educação Infantil na rede pública de ensino: por um projeto pedagógico de qualidade”. **Práxis Educativa**, vol. 10, n. 2, 2015.

SOARES, A. S.; PEREIRA, J. M.; SANTOS, P. C. “Pesquisas sobre políticas para Educação Infantil: memória bibliográfica, base de dados e epistemologia”. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, vol. 6, 2021.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 13 | Nº 39| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima